



União Brasileira de Compositores

Reunião de Assembleia Geral Ordinária da União Brasileira de Compositores, realizada em 18 de março de 2019.

Nome legível	Assinatura
1. JOSÉ CARLOS D. SOUSA (DAFE)	J. Carlos DAFE
2. TAUZYHO BONFA	Tauzyho Bonfa
3. Georgete Maria D. B. de Sousa	Georgete Maria D. B. de Sousa
4. David Tygel	David Tygel
5. Ricardo de Souza	Ricardo de Souza
6. FRED TALCÃO	Fred Talção
7. P. S. VALLE	P. S. VALLE
8. ANTONIO CICERO	Antonio Cicero
9. SANDRA SA	Sandra Sa
10. JORGE MOTA VEIRA	Jorge Motta Veira
11. SUELI CORRÊA COSTA	Sueli Correia Costa
12.	

www.ubc.org.br

Rio de Janeiro
Rua Visconde de Inhaúma, 107, Centro
Rio de Janeiro - RJ, Brasil, CEP: 20.091-007
Tel.: (21) 2223-3233 | ubc@ubc.org.br

Bahia. Tel.: (71) 3272-0855 | ubcbehia@ubc.org.br
Golás. Tel.: (62) 3932-0010 | ubcgo@ubc.org.br
Minas Gerais. Tel.: (31) 3226-9315 | ubcmg@ubc.org.br
Pernambuco. Tel.: (81) 3421-5171 | ubcrecife@ubc.org.br
Rio Grande do Sul. Tel.: (51) 3222-2007 | ubcrs@ubc.org.br
São Paulo. Tel.: (11) 3326-3574 | ubcsp@ubc.org.br

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezanove, na sede social, às onze horas, em segunda convocação, em conformidade com o que determina o Estatuto Social, em seus artigos 20, parágrafo 1º; 21, 22, letra a) e 26, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da União Brasileira de Compositores, com a presença dos associados que firmaram o termo acima. Abertos os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Paulo Sérgio Valle, Diretor Presidente. Logo após, convidou a Sr. Fábio Geovane, para secretariar a reunião e procedeu à leitura do Edital de Convocação, publicado no Diário oficial do Rio de Janeiro e no Jornal ODIA, no dia 20 de fevereiro de 2019, e no dia 01 de março de 2019 no Jornal ODIA, a seguir transcrito: **“UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES – UBC EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** Ficam os sócios da União Brasileira de Compositores – UBC convocados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 18 de março de 2019, na Rua do Rosário, nº 01 – 12º andar, Centro – RJ, às dez horas em primeira convocação e às onze horas em segunda e última convocação, com qualquer número, em obediência aos Artigos 20, parágrafo 1º, 21, 22 letra a) e 26, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e julgamento do Relatório e do Balanço do exercício de 2018. ABEL FERREIRA DA SILVA – Diretor Superintendente”. Em seguida dando início à Ordem do Dia e seu item n. 1, o Diretor Presidente deu início aos trabalhos e fez relato das principais atividades da entidade ao longo do ano, ressaltando a sua atuação na defesa dos direitos autorais. Em seguida, passou a palavra ao Secretário que fez a leitura dos atos de convocação e informou acerca da natureza e dinâmica da assembleia. Posteriormente, o assessor jurídico Sydney Sanches fez breve relato da atuação jurídica da Entidade nos planos judicial e institucional. Ato contínuo, o Diretor Executivo, Sr. Marcelo Castello Branco informou aos presentes sobre as atividades da Entidade no ano de 2018, destacando o crescimento do quadro social, com o ingresso de importantes associados, o aumento da arrecadação e as conquistas no plano internacional, onde a UBC tem tido reconhecido destaque. Em continuidade, o secretário, que também exerce as atribuições de Gerente de Operações, Sr. Fabio Geovane, fez a apresentação das atividades operacionais, informando acerca dos serviços da entidade e o atendimento ao quadro social. Em seguida, a Gerente Financeira apresentou o relatório financeiro e Balanço do exercício de 2018, conforme texto em anexo, que faz parte integrante da presente, intitulado Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 em Dezembro de 2018, auditado pela empresa de auditoria Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes, com os devidos comentários dos auditores. Com registro de 11 (onze) associados presentes e atingido o quórum necessário à deliberação, o relatório dos auditores e o balanço foram submetidos à aprovação e aprovados por unanimidade pela assembleia. Em continuidade, no âmbito das previsões orçamentárias decorrentes do balanço aprovado, a assembleia homologou e aprovou o orçamento para 2019. Por fim, o Diretor Executivo registrou que o exercício findo foi um bom ano, no qual a UBC atingiu suas metas e terminou o ano de 2018 de forma superavitária. Fica ratificado que segue em anexo como parte inseparável da presente Ata o Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Nada mais havendo a se considerar, foi encerrada a presente Assembleia, às 12h, tendo o Presidente ordenado à lavratura da Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Firmam a presente ata o Presidente e o Secretário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019.

Diretor-Presidente
Paulo Sérgio Valle

Secretário da Assembleia
Fábio Geovane



RIO DE JANEIRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Comarca da Capital do Rio de Janeiro
 Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
 Matr. 1290
 201911051216509 11/11/2019
 Emol: 45,06 Tributo: 15,31
Selo: EDFJ 35215 TXH
 Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
 Verifique autenticidade em rcpj.com.br ou pelo QRCode ao lado

Almir F. da Silva
 Almir F. da Silva
 Oficial Substituto



AAA 16672928

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2018** e as respectivas demonstrações do superávit, dos superávits acumulados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES** em **31 de dezembro de 2018**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Auto de Infração classificado como perda possível

A Nota Explicativa nº 9.b descreve que a Entidade recorreu às medidas judiciais cabíveis, buscando a anulação da cobrança de crédito tributário decorrente de Auto de Infração com referência à cobrança da "CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico". A Administração da Entidade e seus assessores jurídicos avaliaram como possível as chances de perda nessa ação cujo montante do valor principal é R\$ 13.220 mil. Conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25, passivos contingentes, obrigações qualificadas como possíveis, devem ser apenas divulgadas, no entanto, conservadoramente, a administração da Entidade decidiu por efetuar o registro da provisão. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 02 de março de 2018 que não conteve nenhuma modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ


Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contadorp-CRC-RJ-065.305/O-0 RJ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários
do Rio de Janeiro

AAA-16672955

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

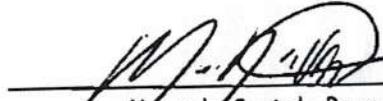
Rio de Janeiro - RJ

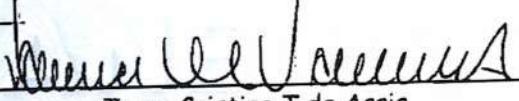
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	Notas	R\$ Mil	
		2018	2017
CIRCULANTE		<u>174.965</u>	<u>189.482</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	171.523	187.011
Adiantamento de Direito Autoral		2.847	2.033
Adiantamento a Fornecedores		7	19
Impostos a Recuperar		196	3
Despesas Antecipadas		278	275
Outros Créditos		114	141
NÃO CIRCULANTE		<u>24.227</u>	<u>25.346</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>56</u>	<u>23</u>
Emprestimos, Depósitos e Caução		56	23
Imobilizado	5	23.626	24.806
Intangível	6	545	517
TOTAL DO ATIVO		<u>199.192</u>	<u>214.828</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


 Marcelo Castelo Branco
 Diretor Executivo


 Taura Cristina T de Assis
 Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

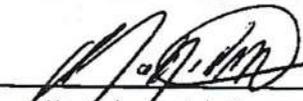
Rio de Janeiro - RJ

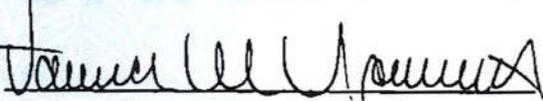
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	Notas	R\$ Mil	
		2018	2017
CIRCULANTE		<u>131.709</u>	<u>151.146</u>
Obrigações Fiscais/ Sociais a Recolher	7	1.732	4.777
Contas a Pagar		142	133
Provisões de Férias/Outras		2.581	1.836
Direitos Autorais a Pagar		4.321	20.692
Direitos Arrecadados a Distribuir	8	122.933	123.708
Nacional		33.222	34.322
Exterior		89.711	89.386
NÃO CIRCULANTE		<u>14.141</u>	<u>14.191</u>
Provisão de Honorários Advocatícios	9a	921	971
Provisão Contencioso		-	-
Provisão Auto de Infração - CIDE	9b	13.220	13.220
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>53.342</u>	<u>49.491</u>
Superávit Acumulado		53.342	49.491
TOTAL DO PASSIVO		<u>199.192</u>	<u>214.828</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


 Marcelo Castelo Branco
 Diretor Executivo


 Taura Cristina T de Assis
 Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

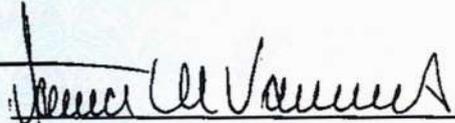
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

	Notas	R\$ Mil	
		PERÍODOS DE	
		01/JAN/18 A 31/DEZ/18	01/JAN/17 A 31/DEZ/17
RECEITAS OPERACIONAIS		<u>30.838</u>	<u>34.703</u>
Taxa de Administração		<u>30.036</u>	<u>34.610</u>
Exterior		627	493
Nacional		29.409	34.117
Outras Receitas		802	93
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(33.276)</u>	<u>(34.505)</u>
Pessoal	10a	(19.208)	(18.255)
Administrativas	10b	(9.320)	(11.475)
Remuneração Mínima e Assistência Social	10c	(440)	(428)
Depreciação		(1.524)	(1.146)
Tributárias	10d	(2.784)	(3.201)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(2.438)</u>	<u>198</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>9.569</u>	<u>10.778</u>
Receita Financeira	11	9.801	10.932
Despesa Financeira	11	(232)	(154)
SUPERÁVIT ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>7.131</u>	<u>10.976</u>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		<u>(3.280)</u>	<u>(4.743)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>3.851</u>	<u>6.233</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


 Marcelo Castelo Branco
 Diretor Executivo


 Taura Cristina T de Assis
 Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1



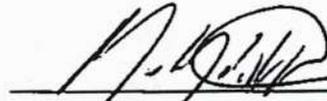
UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

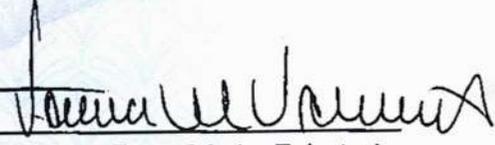
DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS ACUMULADOS

	R\$ Mil	
	PERÍODOS DE	
	01/JAN/18 A 31/DEZ/18	01/JAN/17 A 31/DEZ/17
SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>49.491</u>	<u>43.258</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	3.851	6.233
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>53.342</u>	<u>49.491</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



 Marcelo Castelo Branco
 Diretor Executivo



 Taura Cristina T de Assis
 Gerente de Controle Financeiro e Contábil
 CRC 071459/O-1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 16672959

Associação dos Notários
a Representantes do Estado
do Rio de Janeiro

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

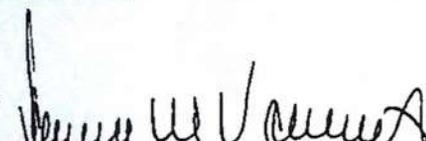
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ Mil	
	PERÍODOS DE	
	01/JAN/18 A 31/DEZ/18	01/JAN/17 A 31/DEZ/17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	<u>3.851</u>	<u>6.233</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.524	1.146
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	26	82
Constituições de provisões	695	717
Aumento nas Contas de Adiantamentos	(802)	(468)
Aumento (Redução) em Impostos a Recuperar	(193)	1.747
Aumento nos Outros Ativos	(9)	(43)
(Aumento) Redução em Contas a Pagar	9	(162)
Redução (Aumento) de Obrigações Fiscais / Sociais	(3.045)	3.751
Redução (Aumento) de Direitos Autorais a Pagar	(16.371)	19.900
Redução (Aumento) de Direitos Arrecadados a Distribuir	(775)	57.113
Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais	<u>(15.090)</u>	<u>90.016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(338)	(6.640)
Aplicação no Intangível	(60)	(78)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	<u>(398)</u>	<u>(6.718)</u>
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(15.488)</u>	<u>83.298</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	187.011	103.713
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	171.523	187.011
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(15.488)</u>	<u>83.298</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Marcelo Castelo Branco
Diretor Executivo


Taura Cristina T de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1



RIO DE JANEIRO

UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES

Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores Expressos em R\$ mil)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES foi fundada em 22/jun./42, trata-se de uma sociedade civil de natureza privada, sem fins lucrativos.

Seu objetivo principal é a defesa moral e material dos direitos autorais ou a propriedade artística e literária de seus sócios no Brasil e no exterior, por meio de contratos com entidades nacionais e estrangeiras.

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, instituído pela Lei nº 5.988, de 14/dez./73, é responsável pela arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e repasse dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou litero-musicais e fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram. Do total arrecadado, o ECAD destinava até julho/2016 80% aos detentores dos direitos autorais, 6,12% às associações e 13,88% referem-se à sua taxa administrativa. Até agosto/2016 o ECAD destinava 82,50% aos detentores dos direitos autorais, 5,36% às associações e 12,14%. A partir de agosto/2017 o ECAD passou a destinar 85% aos detentores dos direitos autorais, 5% às associações e 10% sua taxa de administração, esses percentuais foram modificados por força da Lei 12.853 de 14/08/2013.

A UBC se encarrega da distribuição da receita recebida do ECAD para seus associados, nacionais e estrangeiros.

A taxa administrativa da UBC, além dos 5% líquidos em 31/12/2018 repassados pelo ECAD, conforme citado anteriormente, é também composta por 15% dos direitos arrecadados pelas entidades estrangeiras, sendo que para a sociedade japonesa Jasrac o percentual é de 10%.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários
a Representativa do Estado
do Rio de Janeiro

AAA 16672961



NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CFC emitiu a resolução 2015/ITG2002(R1) (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros) que trata de orientações específicas para entidades sem finalidades lucrativas e do terceiro setor, combinada com a NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria para divulgação em 25/02/2019.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

c) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens.

d) Provisão de Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.



e) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis pelo regime de competência, considerando que o fato gerador da principal receita da sociedade é o efetivo recebimento da distribuição efetuada pelo ECAD, responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais, utilizando-se para tal os critérios e procedimentos estabelecidos em regulamentos internos.

f) Contribuição Social

Foi calculada com a aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação vigente.

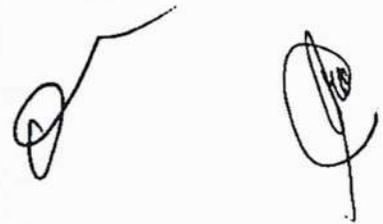
g) Provisão p/ Imposto de Renda

Foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescida da alíquota adicional de 10%, conforme legislação em vigor, sem a redução dos incentivos fiscais.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da entidade não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

APLICAÇÃO	2018	2017
Caixa	6	5
Bancos	229	711
Aplicações Financeiras (RDB/CDB)	<u>171.288</u>	<u>186.295</u>
-Banco Santander S/A	52.639	67.558
-Banco Caixa Econômica Federal S/A	55.267	78.445
-XP Investimentos	62.257	40.292
-Banco Bradesco S/A	1.125	
TOTAIS	171.523	187.011



NOTA 5. IMOBILIZADO

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE DEPRECIÇÃO	2018			2017
		CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Imóveis	4%	21.031	2.010	19.021	19.802
Instalações	10%	3.895	757	3.138	3.497
Móveis e Utensílios	10%	1.367	533	834	952
Máquinas e Equipamentos	10%	228	147	81	82
Equip. de Informática	20%	2.064	1.559	505	424
Equip. e Linhas Telefônicas	10%	68	44	24	26
Outros	10%	45	22	23	23
Adiant.p/ Compra de Imob.	-	-	-	-	-
TOTAIS		28.698	5.072	23.626	24.806

a) Recuperabilidade de Ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável - "impairment" em 31 de dezembro de 2018.

b) Vida Útil Econômica dos Bens

A administração da entidade entende que, com base em levantamentos e análises internas e na experiência que possui sobre o imobilizado, o seu valor de recuperação é semelhante aos valores contábeis.




NOTA 6. INTANGÍVEL

Está representado conforme demonstrado abaixo:

ITENS	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	2018	2017
Software	20%	31	63
Marcas e Patentes		85	85
Projeto Software - FastTrack		429	369
TOTAL		545	517

NOTA 7. OBRIGAÇÕES FISCAIS/SOCIAIS A RECOLHER

As obrigações são identificadas como:

ITENS	2018	2017
INSS	268	250
FGTS	75	72
IRRF	1.063	3.226
COFINS	257	565
PIS	54	121
IRPJ	-	225
CSLL	4	303
ISS	2	6
Contribuições Retidas	9	9
TOTAL	1.732	4.777

NOTA 8. DIREITOS ARRECADADOS A DISTRIBUIR

Representam os valores recebidos pelo ECAD e do Exterior a serem repassados para os detentores dos direitos autorais.

O pagamento aos autores nacionais é efetuado de imediato, após o recebimento dos recursos.

O pagamento para as sociedades estrangeiras é efetuado após o fechamento do trimestre de arrecadação pelo ECAD.

Os adiantamentos concedidos pelo ECAD são descontados nos fechamentos trimestrais de janeiro, abril, julho e outubro.




NOTA 9. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) Provisão de Honorários Advocatícios

Trata-se dos honorários de êxito no percentual de 2% (dois por cento), sobre o benefício financeiro obtido, deduzido do honorário pró-labore já recebidos, relativo à ação anulatória objetivando o reconhecimento da não incidência da CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.

b) Provisão Auto de Infração CIDE

Provisão constituída no montante de R\$ 13.220, referente ao valor principal devido no Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil relativo à cobrança da "CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico". Atualmente, o débito encontra-se em dívida ativa da União e a administração da entidade, junto a seus assessores jurídicos, recorreu às medidas judiciais cabíveis, a fim de anular à respectiva cobrança do crédito tributário, por julgar totalmente improcedente a cobrança da citada contribuição, em face da natureza de suas atividades operacionais, centralizadas na gestão de direitos autorais.

Em Garantia da execução do Auto de Infração da citada ação a entidade ofereceu seu patrimônio imobiliário, com valor envolvido de R\$ 56.287, conforme mencionado no relatório de seus assessores jurídicos, que classifica a ação como perda possível nos termos da NBC TG 25, aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

c) Processo CADE

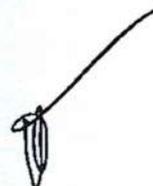
Encontra-se em processo administrativo instaurado no CADE a cobrança de multa no valor de R\$586, prognóstico de perda da ação julgada pelos assessores jurídicos da entidade como possível.

NOTA 10. DESPESAS OPERACIONAIS

São representadas conforme demonstrado:

a). Pessoal

ITENS	2018	2017
Salários e Outras Remunerações a Empregados, Diretoria e Conselho Fiscal	13.348	12.490
Benefícios a Empregados	2.549	2.423
Encargos e Contribuições s/ Salários	3.253	3.269
Outras despesas	58	73
TOTAL	19.208	18.255




b) Administrativas

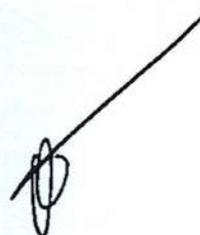
ITENS	2018	2017
Propaganda e Eventos Sociais	1.260	1.162
Material de Escritório e Consumo	120	186
Viagens Nacionais e Internacionais	1.170	987
Contribuição Cisac/BIEM	558	326
Honorários Advocatícios	895	2.437
Despesas c/ Correios	141	132
Provisão Atualização Reserva Exterior	1.689	2.304
Serviços prestados - PJ	965	1.106
Impostos e taxas	576	683
Despesas Diversas	1.946	2.152
TOTAL	9.320	11.475

c) Remuneração Mínima e Assistência Social

ITENS	2018	2017
Plano de Remuneração Mínima	363	368
Assistência Social - Medicamentos	43	46
Auxílio Funeral	6	4
Auxílio Viuvez	2	2
Assistência Médica e Dentária	6	7
Doações	20	-
Despesa c/ Funeral	-	1
TOTAL	440	428

d) Tributárias

ITENS	2018	2017
PIS S/ Percentual Societário	497	571
COFINS S/ Percentual Societário	2.287	2.630
TOTAL	2.784	3.201

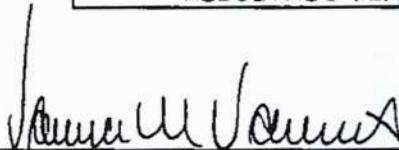





NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é demonstrado como segue:

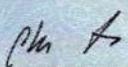
ITENS	2018	2017
Receitas Financeiras	9.801	10.932
Rendimento s/ Aplicação Financeira	9.776	10.827
Outras Receitas Financeiras	25	105
Despesas Financeiras	(232)	(154)
Variações Monetárias Passivas	-	-
Despesas Bancárias	(221)	(150)
Outras Despesas Financeiras	(11)	(4)
RESULTADO FINANCEIRO	9.569	10.778


Taura Cristina T. de Assis
Gerente de Controle Financeiro e Contábil
CRC 071459/O-1


Marcelo Castelo Branco
Diretor Executivo

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 1290
201911051216509 11/11/2019
Emol: 340,36 Tributo: 115,72
Selo: EDFJ 35213 AZT
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Verifique autenticidade em rcpj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Almir F. da Silva
Oficial Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL